

COMPORTAMENTO FEMININO: MANUAIS DE ETIQUETA E CIVILIDADE PARA DONAS DE CASA (1940-1970)

GLAUCIA DO AMARAL ALVES¹.

¹Graduada em História pelo Centro Universitário Franciscano, UNIFRA, Brasil.

RESUMO

Ao longo século XX, uma enorme quantidade de publicações de grande sucesso editorial foi destinada a regular e a formatar o comportamento feminino. Tais publicações se apresentavam como modelos de civilidade e etiqueta. Estudando este material, entre as décadas de 1940 e 1970, percebe-se que tais manuais praticamente não sofreram alterações em seu discurso. No entanto, essas quatro décadas, com a Segunda Guerra Mundial, o pós-guerra e os movimentos sócios culturais dos anos 1960-1970, marcaram alterações profundas na vida das mulheres do Ocidente. Interessa, assim, compreender e fazer um estudo comparativo do descompasso entre o discurso dos manuais de comportamento e a realidade das mulheres na segunda metade do século XX.

Palavras-chave: Comportamento; Manuais; Mulheres.

FEMALE BEHAVIOR: LABEL AND CIVILITY MANUALS FOR HOMEOWNERS (FROM 1940 TO 1970)

ABSTRACT

Throughout the 20th century, a large number of great editorial success of publications was to settle and format the female behavior. Such publications are presented as models of civility and etiquette. Analyzing this material, between the 1940s and 1970s, it is clear that such manuals have changed little in his speech. However, these four decades, with the Second World War, the postwar period and cultural partners the years 1960-1970, marked changes in the lives of the women in the West. It is therefore understand and make a comparative study of the difference between the speech of behavior manuals and the reality of women in the second half of the 20th century.

Keywords: Behavior; Manuals; Women.

1 INTRODUÇÃO

A época moderna marcou uma revolução nos costumes e modelos de comportamento. Associado a um paradigma civilizatório, o controle das atitudes passou

a ser alvo dos manuais que projetavam moldar um povo “civilizado”, norteados formas de autocontrole do público ao privado.

A propagação desses modelos intensificou-se nos séculos XIX e XX. Assim, no contexto da sociedade Ocidental, do século XX, os manuais de etiqueta e civilidade voltados para donas-de-casa foram considerados ferramentas úteis na formação das condutas sociais, morais e pessoais dos indivíduos.

O tema central desta pesquisa é entender a forma construção do discurso dos manuais de comportamento femininos e o descompasso destes, em relação à vida das mulheres do Ocidente entre as décadas de 1940 e 1970.

Para a realização deste estudo, a maior parte da discussão teórico-metodológica girou em torno da história do processo civilizatório e a formação das regras de comportamento e de etiqueta. Isso foi possível a partir da investigação das regras de condutas, como forma de entender a construção de tais guias. Foram utilizados para este estudo os manuais: “Código das Boas Maneiras”, de Luís Gonzaga Mariz (1944-1956); “Etiqueta Social”, de Iracema Soares Castanho (1956); “Civilidade ou Arte de Receber”, de Elza Maxwell, (1964); “Aparência Pessoal Conselhos a Minha Filha”, de Aracoeli Gonçalves Pinheiro, (1965), “A Educação Cívica das Mulheres”, de Humberto Grande, (1967); “Boas Maneiras”, de Hildergard Q. Kohler (1977).

Este estudo busca justificar-se, inicialmente, como uma investigação a somar-se com a historiografia dos manuais, já bastante prolífica no Brasil. Ainda é válido ressaltar que o trabalho de pesquisa foi bastante instigante, pois abriu a possibilidade do contato com fontes que se encontrava na própria instituição de ensino, Centro Universitário Franciscano (UNIFRA).

Este trabalho texto foi dividido em três capítulos. No capítulo 1, “O processo civilizatório: uma breve contextualização”, faz-se uma reflexão sobre como foram norteados os padrões de conduta e autocontrole, que se tornaram requisitos fundamentais para se conviver em sociedade e de que maneira a ideia de civilizar as condutas tornou como foco as mulheres; no capítulo 2, “As mulheres brasileiras em quatro décadas”, faz-se uma narrativa sobre o comportamento feminino nas quatro décadas 1940 à 1970. Por fim, o capítulo 3, “Cama, Mesa e Banho: uma discussão teórica”, no qual buscou-se fazer um estudo comparativo das evoluções (ou não) dos discursos dos manuais de comportamento feminino nessas diferentes décadas. Neste artigo, trataremos somente do processo civilizatório.

Este trabalho pautou somente a pesquisa sobre a formação dos padrões de comportamento e o estudo dos manuais femininos. Em outro momento, pretende-se dar continuidade com foco em aportes teóricos mais aprofundados.

2 METODOLOGIA

Como metodologia, foi feita uma coleta de dados em que foram mapeados os conjuntos de regras de etiqueta e comportamento que eram impingidos por esses manuais às mulheres, como forma de adestramento social. Em um segundo momento, foram identificados o público alvo dos discursos contidos nos manuais. Por fim, fez-se um estudo comparativo das regras de condutas para as mulheres das décadas em questão e sua permanência ou mudança ao longo do tempo.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Figueiredo (2007) evidencia que a entrada dos manuais de civilização no Brasil principiou-se em meados do século XIX. Diante de um império escravista e de uma nobreza recém-criada no Rio de Janeiro, esses guias foram recebidos com grande entusiasmo. Era por meio dessas obras que se abria o acesso às famosas maneiras polidas de conduta europeia.

Nesse contexto, com as transformações e convivência social a partir do século XIX e XX no Brasil, as famílias sentiram a necessidade de refinarem-se, como toda sociedade patriarcal, as mulheres eram responsáveis pela educação da família e como recurso recorriam aos manuais de comportamento. Assim, ocuparam uma parte significativa do mercado editorial, consequentemente, o processo de propagação de um novo modelo de civilidade levou a um grande número de edições e reedições desses manuais. Os anúncios de jornais do período colocavam os manuais como indispensáveis àqueles que desejassem ser bem sucedidos em sociedade.

Segundo Rainho (1995), no Brasil, nos primórdios da chegada de tais manuais, eles podiam se dividir em dois tipos: o pedagógico (para o público jovem) e o cortesão (para as pessoas da corte, em geral, mais velhas). Os manuais foram adotados em um momento em que a sociedade e o império passavam por transformações na qual o autocontrole serviu para a elite se diferenciar dos “inferiores”.

Nesse contexto, Mary Del Priore (2013) corrobora essas proposições em que traça um breve histórico sobre a vida das mulheres no Brasil. A autora considera que as famílias brasileiras seguiam códigos sociais que circulavam pelo Ocidente no século XIX e na virada do século XX. Assim, preocupados em manter seus leitores atualizados com os modelos vigentes no hemisfério norte, os autores dos manuais de boas maneiras continuavam defendendo os usos de costumes mais tradicionais, ao mesmo tempo em que reconheciam a necessidade de ampliar seu repertório de regras, com o intuito de modelar os comportamentos femininos através da submissão.

Dessa forma, toda a sociedade ocidental passou a ser imbuída dos mesmos preceitos civilizatórios, cumprindo funções sociais específicas. Pretendia-se, assim, construir um modelo de sociedade civilizada, no qual as mulheres deveriam se dedicar ao mundo privado e não à vida pública.

Diante deste contexto, pode-se afirmar, segundo Cunha, (2006), os manuais pretendiam pela leitura contribuir para normatização dos costumes, transformando as relações sociais. Estes manuais tinham, como foco, as mulheres como forma de regular e manipular suas condutas com ênfase na moral e subordinação. Portanto, tais leituras tinham também um papel estratégico na construção do mundo social, pois possibilitavam reger os comportamentos através da obediência determinando o que era certo e errado.

4 O PROCESSO CIVILIZATÓRIO: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

O processo civilizatório marcou profundas rupturas na sociedade. Através deste, estabeleceram-se maneiras de ordenar as estruturas sociais com hierarquias não baseadas apenas na força. Foram os manuais de comportamento que disseminaram discursos, passando a ditar as regras da sociabilidade, as posturas e as práticas que deveriam ser seguidas por aqueles que pretendiam contar socialmente.

No Brasil, o aumento das cidades e da urbanização modificou em muito a vida das pessoas. Conforme o século XX avançou, junto com os novos modelos de vida, expandiram-se também alguns processos como controles que regulamentavam as condutas sociais. O alvo principal desse novo modelo foram as mulheres, consideradas responsáveis pela organização e pela educação dos habitantes do lar burguês. Através de códigos de condutas difundidos pelos manuais de comportamento, a sociedade ocidental submeteu as mulheres à avaliação e à opinião de outras pessoas de fora ou dentro do seu convívio familiar, ditando padrões e normas a serem seguidos.

Este capítulo apresenta o contexto do processo civilizatório e a formação do código de condutas ocidental e burguês. Interessa aqui descrever como foi o processo de normatização dos costumes e de que maneira se expandiu pela sociedade ocidental, destinando-se a regular e fomentar em especial o comportamento feminino.

A TRADIÇÃO DOS MANUAIS

No século XVI, iniciou-se uma intensa busca pela construção de uma educação com um novo padrão de civilidade na Europa. Tornou-se, por isso, indispensável a normatização dos costumes¹. Tais ideias se alastraram por toda sociedade da Europa Moderna. A civilização de corte, a que se refere Norbert Elias (1939), necessitava de condutas “harmônicas” que otimizassem as relações interpessoais. Para isso, passou-se a divulgar regras que direcionavam os comportamentos relacionados às prescrições que iam do amanhecer à hora de dormir.

Pode-se dizer que tais regras eram uma forma de limitar e controlar a vida privada das pessoas, num mundo em que o “público” se reconhece pela presença do Estado e o “privado” por “ausência”. De acordo com Witter²(2014), esses manuais de comportamento estiveram na base da construção do que é público e daquilo que pode ser mostrado, velado e é, portanto, privado.

A partir dos séculos XVII e XVIII, observa-se, por conta disso, um lento processo de transformação social, no qual ocorre o início de uma forte codificação e controle das condutas. Isso fez com que a elite ganhasse espaço e, gradativamente, passasse a ser o modelo para todas as pessoas como a propositura das formas de comportamento aceitável. Uma nova aristocracia de príncipes e reis foi formada com elementos da antiga nobreza, construindo um diferente espaço social. As pessoas passaram a sofrer exigências e, como consequência, precisariam aprender a falar com diplomacia, mexer-se com economia, ou seja, uma nova autodisciplina.

Toda a virtude e perfeição do cavaleiro, senhor, não consiste em acicar
corretamente um cavalo, manejar uma lança, manter-se em postura reta

¹ Entende-se por costumes o conjunto de regras culturais, socialmente aceitas, que buscam normatizar os comportamentos. Já por comportamento, compreende-se as condutas pessoais permitidas pela sociedade para o controle dos gestos, pulsões e sentimentos

Costumes: Que há dissemelhanças na maneira de ser, de viver e de sentir, assim como nos costumes, comportamentos e práticas de todas as espécies dos vários povos, e nas diferentes épocas, não é uma ideia recente. Dicionário sociologia. Disponível em: <files.hsutzer.webnode.com/.../dicionario-de-sociologia.pdf>. Acesso em: 27 nov.2015.

² WITTER, Nikelen. Revista vóies. Disponível em:

< <http://www.revistaovies.com/entrevistas/2014/10/nikelen-witter-as-pessoas-odeiam-o-que-nao-entra-no-padrao-de-gosto-delas/>> Acesso em: 03.11.15.

dentro da armadura, usar todos os tipos de arma, comportar-se decorosamente entre as senhoras, ou na perseguição do amor: pois esta é ainda uma das coisas que esperam do cavaleiro. Há, além disso, o serviço à mesa perante reis e príncipes, a maneira de ajustar a própria linguagem às pessoas de acordo com sua posição e qualidade, seus olhares, gestos, e mesmo os menores sinais e piscadelas d'olho que possam fazer (ELIAS, 1939, p. 212).

Percebe-se, a partir disso, que a sociedade foi se adaptando às novas atitudes, diferenciando-se dos antigos costumes. A higiene vai passando a fazer parte do cotidiano das pessoas e torna-se hábito do dia-a-dia. A sujeira e os maus cheiros vão se tornando indesejáveis; a roupa branca passa a ser uma peça chave no guarda roupa das pessoas de categoria, devido a seu acesso ser muito caro e indicar cuidado corporal. Mas, mais do que a higiene³, porém, percebe-se que, a partir daí, começa o desejo das altas esferas em se diferenciar dos pobres, não só através da elegância no vestuário, mas também da cortesia nas maneiras.

No século XVII, a ideia da diferenciação das classes está muito presente na sociedade. Nela um dos requisitos principais, além da cortesia e da elegância, há a ideia de limpeza, associada ao caráter da decência, ou seja, ser limpo e ser confiável. Durante os séculos XIV (o rei sol), a etiqueta fez o papel de distinção entre a nobreza e a população comum, implicava em política; “eram gestos que significavam o acesso à educação, à riqueza, à posição social” como estratégia criada para afirmar e reconhecer poderes dominantes (FIGUEREDO, 2007, p.31).

Na segunda metade do século XVII, a alta sociedade francesa, sob o reinado de Luiz XIV, passou a ditar as regras de civilidade para o resto do mundo europeizado ou por europeizar. As pessoas de categoria que viviam distantes queriam se regular com esta cúpula e passaram a conhecer e a seguir os mesmos códigos de comportamento. “A corte faz da aparência sua regra social. O respeito à etiqueta, à vestimenta, à palavra, às apresentações do corpo obedecem a essa mesma exigência de reconhecimento coletivo” (REVEL, 1986, p.97).

A palavra civilidade passou a fazer parte do cotidiano dos indivíduos. Logo, cortesia, civilidade e civilização assinalam três estágios de formação, configurando-se numa trajetória por meio dos comportamentos considerados típicos dos indivíduos do ocidente.

O processo de adestramento, no final do século XVIII, passou a se fazer presente em toda moderna sociedade ocidental, agora imbuída de um novo conceito: o de civilização, muito embora tais ideias remontassem as normatizações religiosas do século IX e XII:

Os primeiros textos normativos dedicados às ações do comportamento despontaram no palco religioso durante o convívio monástico ocidental em meados do século IX ao XII. Trata-se de documentos que expõem regulamentos comportamentais a serem respeitados pelos monges em momentos de refeições e limpeza. Tais regras definiam um conteúdo de ações permitidas e proibidas (FIGUEIREDO, 2007, p.22).

³ Não se pode confundir, porém, essa ideia de “limpeza” com as noções mais moderadas de higiene, ou mesmo da ausência de cheiros corporais. Limpeza, nesse período, era o que apresentava aos olhos. (WITTER, 2007).

O que ocorre, na época moderna, é muito mais profundo. As regras não pretendem somente modelar ações, mas as consciências e o pensamento. A maior diferença entre as pessoas passa a residir na “pureza” de suas atitudes e no índice de sua civilidade. Os manuais tornam-se os principais instrumentos no processo de direcionar os comportamentos a uma normatização das atitudes e à diferenciação social. Era neles que residiam as regras de adestramento da sociedade. Segundo Cecchin,

Manuais de Civilidade passaram a tal definição por representar sua consideração como guias que, escritos em linguagem clara e direta para facilitar a leitura, surgiram com a finalidade de orientar o bom desempenho da vida social, ao ensinar pela prescrição um conjunto de normas necessárias a este propósito – baseadas na construção das aparências e nas formas de “apresentação de si aos olhos de seus iguais (CECCHIN, 2007, p.25).

Para Norbert Elias (1939), a ideia de autocontrole está fundamentada no abandono de antigos costumes considerados “bárbaros”. As modificações dos comportamentos e diferenciação das funções e relações sociais exigiam um controle mais efetivo das emoções por parte dos indivíduos, estando ligadas à necessidade das elites de se diferenciarem da maioria da população. De acordo com Elias (1939), “um abrandamento das pulsões” era necessário para diferenciar o “bem-nascido” (igual a civilizado) do “popular” (igual a selvagem).

Nesse sentido, o autocontrole passou assim a fazer parte da conduta dos indivíduos, desde seus primeiros anos, como uma espécie de automatismo. De acordo com Revel (1991), com o passar do tempo, esses manuais deixaram transparecer a preocupação da construção individual em relação ao outro, ou seja, uma sociedade que vive de aparências. Assim, os indivíduos se tornaram cada vez mais reféns das boas maneiras.

Com o apoio da igreja, esses discursos buscavam formar o caráter dos fiéis súditos, construindo, a partir deles, um padrão com base nas chamadas boas maneiras. Por meio desses guias, buscavam-se resolver problemas sociais, fazendo com que a sociedade abandonasse os antigos hábitos e práticas ditas bárbaras, avançando para medidas de autocontrole que regulariam e seriam reguladas pelo convívio social. Dessa forma, esse processo de civilização foi um estágio em que se pretendia reeducar o “povo”, a fim de estabelecer uma cultura de atitudes nas artes, nas ciências e, sucessivamente, em outras áreas sociais.

As civilidades visam criar entre os homens as condições de um relacionamento agradável, lícito, e cada vez mais conforme as forçadas exigências da religião. Assim elas impõem a seus leitores comportamentos que satisfaçam as normas de uma sociabilidade cada vez mais imperativa e insinuante (REVEL, 1986, p.185).

De acordo com Elias (1939), as modificações do comportamento estavam ligadas à formação do Estado Moderno. Portanto, muitos dos antigos hábitos passaram a ser abomináveis e considerados incivilizados pela “nova sociedade”.

Durante a Era Moderna, percebe-se uma grande transformação de valores em que o controle social torna-se cada vez mais rigoroso através das práticas educativas. Com o controle das atitudes, as pessoas passaram a ter novos hábitos e a viver em uma rede de controle com normas e padrões a serem seguidos. Não se tratava somente de controlar

os outros: “a diplomacia coletiva torna-se assim objeto de uma gestão pessoal e privada” (REVEL, 1991, p.170).

A sociedade de corte irá valorizar os “bons modos” como uma forma de alcançar êxito nas relações. São dois processos: um diz respeito à educação e o outro às profundas mudanças sociopolíticas e econômicas. À medida que os seres humanos se educavam, tornavam-se capazes de melhor controlar os seus impulsos e isso elevava os poderes da própria sociedade. A convivência seria, portanto, facilitada e, com ela, consequentemente, a organização e a força. O processo de autocontrole individual esteve, dessa forma, relacionado às mudanças sociais entre a nobreza cortesã e a burguesia, como forma de diferenciação entre eles e de visibilidade social. Por outro lado, esse processo está relacionado com as mudanças profundas na política, na economia e na sociedade, as quais exigiram um novo tipo de indivíduo.

De acordo com Witter⁴ (2014), é nos séculos XVII e XVIII, quando se começa um processo de diferenciação que vem na esteira das reformas, parte da burguesia continuava católica, mas existem os que aderem ao calvinismo. A partir do XVIII, enquanto os nobres se tornam cada vez mais excessivos e opulentos, a burguesia começa a refrear e ver essa opulência como sinal de mau gosto.

Um exemplo da modificação dos costumes cotidianos é a questão do esgarro na Idade Média. Era comum que estes fossem feitos com grande frequência, uma vez que a ideia de engoli-lo seria uma grosseria. A pressão social, a partir do século XVI, pela necessidade de controlar as pulsões do corpo, vai ganhando espaço na sociedade e os esgarros irão lentamente ser contidos, primeiro em esgarreiras e, mais tarde, dentro do corpo (ELIAS, 1939).

Alguns autores percebem o século XVIII como um divisor entre as antigas práticas de comportamentos e as “novas”. É nesse século que a intimidade passou a fazer parte da vida dos indivíduos. A vida privada tornou-se uma necessidade no cotidiano das pessoas, passando a ser rara, por exemplo, a prática de dividir a cama com outras pessoas que não fossem do mesmo círculo familiar.

Ocultação e o afastamento dos corpos seriam a tradução, nas condutas individuais, da pressão organizadora, logo modernizadora que os Estados burocráticos recentemente constituídos exercem sobre a sociedade; a separação das classes etárias, a marginalização dos que não se enquadram nos padrões tidos como normais, o internamento dos pobres e dos loucos e o declínio das solidariedades locais pertencem ao mesmo movimento global, difuso e amplamente inconsciente, de remodelagem do corpo social. (BURGUIÈRE, 1990 *apud* FLORESTA, [s.d.], p.2)

De acordo com Elias (1939), a cortesia e a civilidade estão na base da transformação da vida em sociedade em cuja evolução se desenvolve. Isso se percebe nas maneiras de agir associadas à mesa, na forma de comer, nas atitudes em relação às funções corporais e os comportamentos no quarto de dormir. Já o conceito de “civilização” está relacionado a diversos fatores de caráter religioso e tecnológico, permitindo diferenciar-se das práticas “bárbaras” e aprimorar o comportamento.

Na segunda metade do século XVIII, a preocupação com o autocontrole se dissemina entre as pessoas que almejam ascensão social, motivando o aperfeiçoamento

⁴ WITTER, Nikelen. Revista *vieis*. Disponível em:

< <http://www.revistaovies.com/entrevistas/2014/10/nikelen-witter-as-pessoas-odeiam-o-que-nao-entra-no-padrao-de-gosto-delas/>> Acesso em: 03.11.15.

da fala e a formação de outros comportamentos socialmente aceitos em sociedade. A necessidade de controlar os medos, as paixões e as condutas sociais torna-se uma constante no cotidiano desta sociedade. Os indivíduos passaram a aprender desde criança a se controlarem. Com base em padrões que, em última análise, eram um conjunto de regras que visavam ao controle social das pessoas, “palavras de baixo calão usadas por gente comum devem ser evitadas com todo o cuidado, porquanto demonstram que elas têm “baixa educação” (ELIAS, 1939, p.120).

A igreja passa a ser difusora dessa cartilha de regras de bons costumes. Assim, a civilidade, além da elite, ganha mais um propagador da etiqueta, só que agora em nome da cruz. Dessa forma, através dos cultos religiosos, eram propagados os discursos sobre “bom tom” que serviriam como forma de se manter a sociedade vigiada e controlada.

Nas primeiras faces a necessidade de controlar em geral era explicada assim: faça isto ou faça aquilo, porque não é cortês, não é fino. Um “nobre” não faz essas coisas... Não te coces com a mão com que pegas também o prato comum de servir. Teus companheiros á mês podem notar isto. Portanto, usa o casaco para te coçares. (ELIAS, 1939, p.122).

A necessidade de transformação social fica bem clara. Os sentimentos de vergonha são lembrados a todo instante, mostrando a diferença de uma nova maneira de se portar perante a sociedade. As pessoas eram pressionadas a serem recíprocas umas com as outras, o autocontrole dos impulsos e emoções tornou-se cada vez mais rigoroso.

Do meio público à vida privada, os comportamentos mudaram entre os séculos XVI e começo do XIX em um ritmo variado. As funções corporais e impulsos foram os primeiros a serem objeto de controle e vigilância.

A partir do século XIX, entende-se uma nova fase do processo civilizador, na qual o mundo Ocidental incorpora no cotidiano de todas as classes sociais tais condutas. O processo civilizatório acredita-se finalizado na Europa e passa a disseminar-se a outros povos, considerado sinônimo de civilização, percebendo-se sua propagação como algo fundamental.

Somente a partir disso é que a sociedade ocidental terá um leve “relaxamento” com relação às funções corporais, mas tudo que estava relacionado à vida sexual é escondido e guardado a sete chaves. Nesse período, os manuais de etiqueta e civilidade passaram a ser difundidos em todo mundo, como forma de regular os comportamentos e inculcar os hábitos europeus de polidez. Civilizar-se significa distinguir-se do restante da população à moda europeia, ou seja, era indispensável para qualquer um que quisesse ser bem sucedido em sociedade.

O FOCO NO COMPORTAMENTO FEMININO

Os manuais de comportamento, na sociedade Ocidental, em um primeiro momento, direcionavam-se a homens e a mulheres de classe social elevada, que buscavam refinar-se. Somente a partir da década de 1920, com a entrada nas escolas do ensino de moral e cívica⁵, o alvo maior passou a ser o público feminino. Isso se deve às mulheres letradas, consideradas ameaçadoras. Logo, era preciso doutriná-las ao mundo doméstico. Segundo Figueiredo (2007);

⁵ As escolas da década de 1920 eram lugares onde, as mulheres aprendiam abordar, tecer, costurar. Tudo pela moral e bons costumes.

A entrada dos manuais de civilidade no Brasil propiciou-se em meados do século XIX. Diante de um império escravista e de uma nobreza recém-criada (no Rio de Janeiro), esses guias foram recebidos com grande entusiasmo. Era por meio dessas obras que se abriam as famosas maneiras polidas de condutas europeias (FIGUEIREDO, 2007, p.36).

Nesse contexto, com as transformações e convivências sociais a partir do século XIX, as famílias brasileiras começaram a sentir a necessidade de refinar-se. Como toda sociedade patriarcal, as mulheres eram responsáveis pela educação da família e, como recurso para realização das tarefas, recorriam aos manuais de comportamento. Esses ocuparam uma parte significativa do mercado editorial e, conseqüentemente, do processo de propagação de um novo modelo de cortesia, levando a um grande número de edições e reedições desses manuais. Os anúncios de jornais do período colocavam os guias como indispensáveis àquele que desejasse ser bem sucedido em sociedade.

Iniciado o processo de urbanização e desenvolvimento no século XIX, percebe-se a construção de uma valorização da intimidade, assim constrói-se a ideia de um ambiente familiar conduzido pela figura da mãe dedicada. Diferente de viverem cobertas da cabeça aos pés e nascidas para não serem vistas, as mulheres passaram a refinar seus modos, aprenderam a se portar em público, dominar as artes domésticas e do bem receber; enfim, tornaram-se distintas e apresentáveis com o objetivo de transmitir a boa imagem de família (FIGUEREDO, 2007, p.36).

O aumento da alfabetização, ao longo do século XX, no Brasil, deu início a uma busca mais intensa por leituras sobre a maneira de se portar e receber. Logo, tais padrões difundidos pelos manuais conduziram as práticas de convívio social aos modelos de boa educação sugeridos pela leitura. Conjuntamente, folhas “culturais” inseridas em jornais e revistas passaram a funcionar como suporte de texto e imagens que atuavam como vínculo de propagação de códigos e princípios caracterizadores de regras de etiqueta e cortesia.

O ideal de mulher difundido na metrópole através dos manuais e das falas dos eclesiásticos disseminou-se na colônia e fomentou algumas práticas sociais específicas, notadamente no que concerne à educação feminina. As mulheres deveriam ser instruídas para se transformarem em boas esposas e mães de famílias enquanto os homens responsabilizaram-se pelo provimento da casa. Esperavam-se, assim, comportamentos específicos de ambos os sexos, comportamentos esses atribuídos à natureza de cada um, devendo por isso serem seguidos. Essa “naturalização” dos papéis sociais femininos e masculinos embasava-se em discursos produzidos de acordo, principalmente, com os interesses da igreja Católica e do Estado português (SAMPAIO, 2008, p.3).

O público alvo era, na maior parte das vezes, as mulheres da classe média alta, vistas com meio de perpetuação da moral e bons costumes, que deveriam ser instruídas a serem “boas donas de casa”. Junto com o discurso do comportamento educado, propagava-se a necessidade da moral tradicional da época, em que lhes eram reservadas características como doçura, pureza e vocação para o casamento e para os trabalhos domésticos.

O público feminino da época era doutrinado a seguir o modelo difundido por tais manuais, ou seja, cuidar da casa, realizar atividades domésticas e de reprodução.

Produzia-se um discurso que pretendia normatizar as práticas de educação das mulheres no âmbito da civilidade o que julgavam conveniente legitimar.

A mulher deve ser boa dona de casa, ela deve aplicar seus esforços no bom comando dos escravos empregados e na excelente educação dos filhos. Ela deve conhecer e praticar todos os pontos de bordado e, entre as elites, cantar e tocar piano. Ela deve ser reservada em seu comportamento, evitando tanto o riso demasiado quanto bocejos de tédio. Qualquer mulher de moralidade suspeita deve ser evitada. Deve-se, também, resguardar a entrada de qualquer homem em um quarto de mulher, com exceção de padres e médicos que não são considerados homens. Sendo o casamento indissolúvel, deve-se evitar contato com divorciadas e separadas, consideradas maus exemplos (PRIORE, 2006, p.186-187).

Dentro dessa perspectiva, o discurso de boa moça, prendada, mulher ideal, nos guias, tinha um importante papel, modelar e controlar o comportamento feminino. Independente dos anseios pessoais, o que devia nortear os padrões de condutas eram as regras contidas nos manuais, revistas e anúncios. Submissão feminina era uma das principais regras para aceitação perante a sociedade, sendo requisito para torná-las aptas ao padrão da “boa moral”.

Com o crescimento industrial, o acesso à educação e o fim da Segunda Guerra Mundial, os modelos de etiqueta e civilidade ganharam destaque no cotidiano feminino, em especial nos chamados *Anos Dourados*, com o “boom” econômico e de natalidade. Contudo, em uma década do fim da guerra, as mulheres passaram a ter um novo comportamento. As saias encurtaram, revelando as pernas envoltas em meias de *nylon*, saltos plataformas e uma nova conduta sexual, não estando mais estreitamente ligadas ao casamento.

Em meio a toda essa transformação social, a mentalidade da maioria das pessoas permanecia ligada às mesmas diferenciações de gênero do pré-guerra. Os guias de formação e conduta social permaneceram divulgando os mesmos modelos e, por sua vez, continuaram a ser recordes de vendas nas livrarias. Prezava uma educação diferenciada, considerada própria das elites, como a normalidade, como o aceitável não exótico, o que significa, no caso das mulheres, enquadrarem-se nos padrões desejados pelo universo masculino.

Os manuais colocavam à disposição conselhos e regras que visariam transmitir cuidados que deveriam ser seguidos nos espaços públicos e privados e procuravam internalizar, pela leitura (tanto obrigatória como de lazer) normas e preceitos de controle social tanto pela gestão de corpos e almas como por um conjunto de regras como portar-se com dignidade, cortesia e elegância, próprias de uma existência civilizada (CUNHA, 2006, p.350).

Era fácil perceber que o antigo discurso ainda estava vigente nos meios em que se vinculam os manuais de comportamento. A “mulher deve ser fêmea e assumir esta condição, deve ser bonita, desejável e ser mãe, deve cuidar da casa dos filhos e esperar o marido de volta do trabalho bem bonita bem disposta e arrumada” (PRIORE, 2013, p.79).

Nesse contexto, Priore (2013) corrobora as proposições em que traça um breve histórico sobre a vida das mulheres no Brasil. A autora considera que as famílias brasileiras seguiram códigos sociais que circulavam pelo Ocidente no século XIX e na

virada do século XX. Preocupados em manter seus leitores atualizados com modelos vigentes no hemisfério norte, os autores dos manuais de boas maneiras continuavam defendendo os usos de costumes mais tradicionais, ao mesmo tempo em que reconheciam a necessidade de ampliar seu repertório de regras, com intuito de modelar os comportamentos femininos através da submissão.

Diante disso, Cunha (2006) pretendia, pela leitura destes, contribuir para a normatização dos costumes, transformando as relações sociais. Esses manuais tinham como foco as mulheres para regular e manipular suas condutas com ênfase na moral e subordinação. Tais leituras tinham um papel estratégico na construção do mundo social, pois possibilitavam reger os comportamentos femininos da obediência, determinando o que era certo ou errado.

5 CONCLUSÃO

Ao final desta pesquisa, espera-se ter conseguido responder ao seu objetivo principal: compreender o descompasso entre discurso dos manuais de comportamento feminino e o comportamento sócio-histórico das mulheres da segunda metade do século XX. Foi possível perceber que a formação dos papéis feminino e masculino está condicionada aos aspectos sociais e culturais de cada época. Os populares manuais de civilidade do século XX, porém, expressavam, além disso, um claro interesse das elites em estabelecer os padrões para a conduta social e colocarem a si mesmo como o modelo normal, o “certo”.

Ao longo deste texto, foi possível se entender que, embora tenham ocorrido processos de transformação – como o movimento de emancipação feminina – o que prevaleceu em quatro décadas foram as tradicionais regras de conduta. Evidenciando, assim, em seu papel normalizador.

Os manuais apresentavam, em seu discurso, claramente os papéis a serem seguidos pelos os homens e, principalmente, pelas mulheres. Neste estudo, optamos por pontuar as questões sobre subordinação, adestramento e controle das pulsões e sentimentos que eram especialmente dirigidas a elas. Observaram-se que as modificações sociais causaram impactos profundos tanto às moças de elite quanto das ditas “inferiores”, pois estas entendiam que a conduta social correta a se seguir era a das moças de elite. Os manuais, porém, ignoraram tais mudanças.

Pode-se perceber que as edições e reedições destes manuais estavam em consonância com a necessidade de preservação da autoridade masculina e sua necessidade de controlar, regular e disciplinar o comportamento feminino. A serviço disso, estava a construção de um modelo de mulher que se caracterizasse por ser doce, belo, amável e obediente no qual se fortalece os estereótipos que marcavam e imobilizavam a vida das mulheres nos séculos XIX e XX. Para além disso, era um modelo feminino cuja única baliza de comportamento era a de agradar aos homens, orientando cada mínimo gesto para o conforto e prazer do outro, não do seu próprio.

Assim, pode-se entender claramente que, embora haja um descompasso entre o comportamento feminino real e tais guias, estes mantiveram seu papel de conduzir o modelo familiar e social por meio de conselhos, dicas e regras.

Por fim, este trabalho procurou corroborar com as historiografias femininas que ainda, em sua maioria, trata esses discursos como sendo para todo o público feminino, através das particularidades, comprovamos nas suas entre linhas não são. Tais obras

dirigem-se somente às mulheres da classe média “brancas” que almejavam ascensão social. As fontes possibilitaram um novo olhar para se compreender a história das mulheres que, segundo Perrot (2007), durante muito tempo foram objeto do silêncio e à invisibilidade devido estarem “presas” no ambiente privado da família e do lar.

6 REFERÊNCIAS

CASTANHO, Iracema Soares. **Etiqueta social**. 9 ed. São Paulo: Universitária, 1956. 333 p.

DEL PRIORE, Mary. **História do amor no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Histórias e Conversas de Mulher**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2013.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 1939.

FIGUEIREDO, Jéssica. **Etiqueta e hospitalidade do “bom ton” às “boas maneiras”**. 2007. 115 f. Dissertação (Mestrado em Hospitalidade) – Universidade Anhembimorumbi, São Paulo, 2007.

FLORESTA, Suzana. **Comportamento e organização social em Goiás-GO no começo do século XX**: uma história da terceira margem. Universidade Federal de Goiás, s.d., 16p.

GRANDE, Humberto. **A educação cívica das mulheres**. 1967. Rio de Janeiro: Reper, 1967.

KOHLER, Hildegard A. **Boas maneiras**. Porto Alegre: Visuarte, 1977.

MARIZ, Luís Gonzaga. **Civilidade ou código das boas maneiras**. 4. ed. Salvador: Mensageiro da Fé, 1956.

MAXWELL, Elsa. **A arte de receber**. Rio de Janeiro: Record, 1964.

PINHEIRO, Araceli Gonçalves. **Aparência pessoal**: conselhos à minha filha. 2. Ed. Rio de Janeiro: Bruno Buccini, 1965. 225 p.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: Unesp, 1998. 159 p.

_____. **As mulheres ou os silêncios da história**. São Paulo: Edusc, 2005. 519 p. Coleção História.

_____. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007, p. 191. (Tradução de Ângela M. S. Côrrea do original Mon histoire des femmes. Paris: Éditions du Seuil/France Culture, 2006.)

REVEL, Jacques. Os usos da civilidade. In: **História da Vida Privada**: Da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Cia das Letras, 1991. Vol. 03.

REVEL, Jacques. Os usos da civilidade. In: **História da Vida Privada**: Europa Feudal. São Paulo: Cia das Letras, 1986. Vol. 02.

WITTER, Nikelen Acosta. **Males e epidemias**: sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX). 2007. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.